

DA LAMA AO CAOS, DO CAOS À LAMA: CULTURA CAIÇARA E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM SANTOS – SP

Dorival Bonfá Neto¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivos discutir os conflitos socioambientais que atingem a comunidade caiçara da Ilha Diana, compreender o histórico de formação da comunidade e analisar como isso esteve relacionado às práticas culturais de origem caiçara. Assim, a metodologia adotada se baseou em levantamento bibliográfico sobre os conflitos socioambientais na região ou envolvendo populações caiçaras, e a realização de trabalhos de campo, em que foram feitas entrevistas com os moradores locais, confecção de séries fotográficas e mapeamentos. Com a pesquisa, identificamos que os principais conflitos são causados pela expansão da atividade portuária sobre áreas de pesca, colocando territórios em disputa. Como resposta da comunidade a esses conflitos, emergem maneiras pelas quais ocorre uma resignificação da cultura caiçara.

Palavras-chave: Cultura caiçara, Ilha Diana, Pesca artesanal.

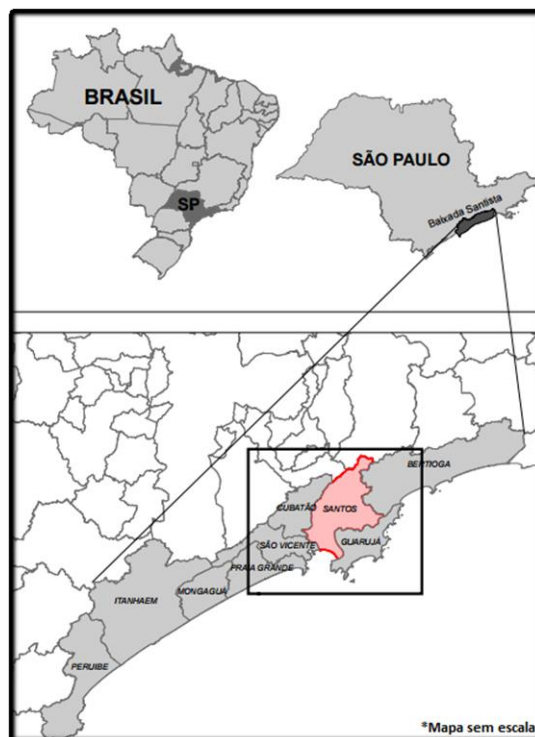
GT – “Número 17”: Geografia e Apropriação Urbana: Ensino de cidade e das comunidades tradicionais

INTRODUÇÃO

Durante a formação do território brasileiro, no processo de miscigenação, que não fora pacífico, entre indígenas, europeus e negros, houve o estabelecimento de algumas comunidades mestiças que possuem um modo de vida mediado pelas relações com a natureza, essas comunidades foram chamadas de comunidades tradicionais (DIEGUES e ARRUDA, 2001; SUZUKI, 2017). Uma marca presente nas sociedades tradicionais são os chamados conhecimentos tradicionais, que compreendemos como sendo “o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração” (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p.31). Entre as comunidades tradicionais estão os caiçaras, que são um grupo cultural heterogêneo, pois existem inúmeras comunidades caiçaras abrangendo uma área desde o litoral norte do estado do Rio de Janeiro até o litoral paranaense, marcado pela mestiçagem entre os indígenas, europeus e negros, que se constituíram a partir do século XVI com suas culturas, em que a pesca artesanal e a agricultura representam um papel essencial na composição alimentar (baseada no peixe, na farinha, na mandioca, no feijão, no arroz e no milho) e também se configuram como conhecimentos tradicionais (SUZUKI, 2017).

¹ Professor do ensino básico, graduado em Geografia (USP), e mestrando no Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP).

Desde meados do século XX, com a crescente urbanização, as comunidades caiçaras vem passando por diversos conflitos que colocam os seus territórios em disputa, e atualmente, as comunidades que persistem e resistem mantendo a sua existência e algumas práticas tradicionais, ocupam principalmente parques estaduais voltados para a conservação da natureza ou periferias das cidades litorâneas, onde entram em contato com outras culturas também periféricas e se reinventam a partir das suas necessidades e da ameaça de perda de seus territórios e destruição de seus modos de vida. O município de Santos-SP, um dos berços da cultura caiçara, atualmente é a maior cidade do litoral paulista e considerada uma metrópole regional, local por onde muitos avanços técnicos, como a ferrovia chegaram ao Brasil. Além disso, a cidade é onde as transformações que impactaram as populações caiçaras chegaram mais cedo e se intensificaram a partir da década de 1930 (ROMANI, 2010). No município ainda existem 3 comunidades caiçaras que resistem em seus territórios e dão continuidade a algumas práticas tradicionais, como a pesca artesanal, a Festa do Bom Jesus, a congada, a alimentação com base nos pescados, na farinha e na banana, entre outras manifestações. As comunidades são: Ilha Diana, Caruara e Monte Cabrão, todas elas vêm sofrendo com conflitos socioambientais que colocam territórios em disputa e ameaçam a reprodução de seus modos de vida.



Mapa 1 – Localização do município de Santos – SP. Fonte: ZEE Baixada Santista (2013)

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo discutir os conflitos socioambientais que atingem a comunidade caiçara da Ilha Diana, e para isso fez-se necessário compreender o histórico de formação da comunidade, dentro do contexto de formação e desenvolvimento da cidade de Santos e de seu porto, discutir como isso esteve relacionado às práticas culturais de origem caiçara, bem como compreender como esses fatores somados com a condição de proximidade com a cidade em que a comunidade está inserida, causam uma ressignificação da cultura caiçara. Para a realização dos objetivos foi empregada uma metodologia em que se realizou um levantamento bibliográfico acerca dos conflitos socioambientais e das populações caiçaras na região, e trabalhos de campo na Ilha Diana (realizados entre outubro de 2016 e março de 2019) com entrevistas aos pescadores, moradores e lideranças locais. As entrevistas realizadas foram livres, não havendo questionários, registradas em um gravador e transcritas segundo os ensinamentos de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1994).

I – Da lama ao caos: localização e características gerais da Ilha Diana

A Ilha Diana está localizada no município de Santos-SP, na Baixada Santista, região marcada pela intensa atividade portuária e industrial e que é uma das regiões com ocupação mais antiga do território brasileiro, pois desde antes do século XVI já havia ocupação indígena na região, e com a colonização posterior se formaram os primeiros povoamentos do território brasileiro, à exemplo de São Vicente que é a primeira cidade fundada em terras brasileiras, em 1532. Essa ocupação ancestral favoreceu uma grande heterogeneidade de culturas na região, marcada por uma intensa atividade portuária, mas também pela presença de algumas comunidades tradicionais, como os quilombolas e os caiçaras, estes resistem em meio a um processo de favelização e marginalização, e mantém elementos tradicionais da cultura caiçara como a pequena pesca ou pesca artesanal² e alimentação típica, como é o caso da comunidade da Ilha Diana.

A comunidade está localizada na região do estuário do Porto de Santos, entre a foz do

² Pesca artesanal é aquela que pertence a “pequena produção mercantil”, em que é utilizado pouca tecnologia, o trabalho é realizado em parcerias, o pescado é dividido em partes ou quinhão e pertence ao circuito inferior da economia e há uma grande dependência dos saberes tradicionais (DIEGUES, 1983).

Rio Diana e o Canal de Bertioiga, que deságuam no Canal do Porto de Santos. A Ilha Diana é propriedade da Marinha/União, e possui uma área com cerca de 330.000 m². Nesta região estão localizados diversos terminais portuários, depósitos de combustíveis e de produtos tóxicos que são utilizados por indústrias de fertilizantes, siderúrgicas e petroquímicas. Essas indústrias se concentram ao longo do canal de Santos e no polo industrial do município de Cubatão (ROMANI, 2012). O transporte para a comunidade ocorre por meio de uma embarcação da Companhia de Engenharia de Tráfego, órgão da prefeitura de Santos. O embarque ocorre no terminal da Alfândega, localizada na Praça da República, sem número. A embarcação parte em horários regulares e fixos, fazendo cerca de 8 a 11 viagens por dia, o valor da viagem é R\$0,25 (Ida e volta custa R\$0,50³), que dura cerca de vinte minutos, fazendo uma parada na base aérea de Santos.



Mapa 2 – Localização da comunidade caiçara da Ilha Diana. Fonte: Google Earth, 2019.

Atualmente a Ilha conta com 205 moradores de 61 famílias, havendo 61 casas⁴, que

³Valor válido em abril de 2019.

⁴ Dados informados pela associação de moradores em 2017.

ainda mantém a formação dos núcleos familiares, e algumas casas já possuem pequenas cercas. Algumas habitações ainda são construídas de madeira, e muitas ainda são construídas sobre alguns pequenos pilares que sustentam a casa, marca característica das habitações da cultura caiçara. A comunidade também possui uma escola de 1 ao 4º ano, 1 posto de saúde, ambos administrados pela Prefeitura de Santos, cerca de 5 bares e restaurantes e 1 campo de futebol. A comunidade da Ilha Diana mantém como base e unidade territorial as características do que Antonio Candido (2010) chamou de *bairro*, que é a estrutura fundamental da sociabilidade, constituída pelo agrupamento de algumas ou várias famílias que são pouco ou muito vinculadas pelo sentimento de pertencimento ao lugar, pela convivência cotidiana e atividades lúdico-religiosas e por práticas de auxílio mútuo.



**Fotografia 1 - Habitação com cerca de pau na Ilha Diana, os prédios da cidade de Santos estão ao fundo.
Foto: Dorival B. Neto, 17/03/2019, 13h11min.**

II - Do caos à lama: histórico do bairro

Para compreender a formação social e cultural da comunidade da Ilha Diana é necessário retomar em uma perspectiva histórica as transformações espaciais que ocorreram na região da Baixada Santista desde o início do século XX e traçar uma relação disto com a formação do espaço urbano brasileiro no período. Os atuais moradores da comunidade da Ilha Diana são descendentes de famílias que habitavam a região da Baixada Santista já nas primeiras décadas do século XX e tinham a pesca artesanal e a agricultura como principal atividade econômica. Algumas famílias foram realocadas da ponta da Bocaina e do Saco do Embira para a Ilha Diana, devido a construção da pista de pouso da Base Aérea de Santos na década de 1930, em uma região que já era ocupada por uma comunidade de pescadores.

O resgate histórico a partir de fontes orais e da memória de moradores antigos mostra que a Ilha Diana teve as suas primeiras ocupações desde muito antes da década de 1930, como conta Seu Mauri, 84 (Seu Mauri ainda é pescador ativo, sendo que foi pescador artesanal na sua vida inteira, e é o morador mais antigo da Ilha Diana, chegou na década de 1940 quando casou-se, é filho de mãe santista e pai cearense e marinheiro) e seu Adriano, 74, ex-pescador e marinheiro aposentado, que também vive na Ilha desde a década de 1940:

“[...] Agora você vê aqui, o nome dessa Ilha não era Ilha Diana, o nome daqui que eu aprendi com os meus mais velho, era ‘Ilha João Tili’, o senhô que era o dono da Ilha aqui. Isso aqui foi assim, esse senhô ai era o dono da Ilha, o terreno da Ilha ia do mangue aqui até um rio ali que se chama João Nêne, e era tudo dele... depois ele abandonou, diz que morreu, ficou abandonado, criou mato, árvore grandona, ficou um matão do caramba aqui...inclusive ali do outro lado tem 2 arvore que foro tirada daqui e plantada lá, eu sei porque eu que vim busca com meus tio, tão ali bem na berada do barranco [...] Depois do João Tili ficou abandonada de novo, ai tem um português, o nome dele é José e quando chegou aqui ele se apoderou da Ilha também e roçou tudo e fez chiqueiro adoidado e fez curral adoidado, galinheiro e o caramba, criou galinha adoidado, porco adoidado aqui, ai apelidaro ele de zé dos porcos, e ficou sendo a “Ilha do Zé dos Porcos. Tinha um trilho lá da barra de fora até ali na outra barra...colocava a bagoneta no trilho e ia lá na cidade pega lavage pra ele. Então, aí fico uns ano aqui, depois abandonaro de novo e depois crio mato de novo e ai nós tiramo as planta daqui pra leva pra lá [apontando para a área onde está localizada a Embraport, local que seu Mauri nasceu e foi criado], 1 chapéu de sol e 1 pé da ameixa amarela [...]”

“A história da Ilha? Eu vim, eu vim pra cá, o pessoal que tava aqui veio pra cá porque a base que tirou eles de lá, mas já morrero tudo. A base tiro porque eles eram da Ilha e ali na base só fica quem tem cartão pelo “Binfa”, você leva fotografia, leva identidade, leva seu documento, ai ele manda pro binfa e ai os cara tira o cartão. E então, e tudo mundo era desertado né, a base tava de novo aí, a Marinha tinha entregado pra eles e ai eles não quisero mais. Ai coloco o pessoal aqui, ai viero pra cá, fizeram umonte de cabanazinhas e aqui e ficaro morando e hoje já foi morrendo tudo”

A construção da atual Base Aérea de Santos tinha a proposta inicial para ser instalada na década de 1920 sobre os manguezais do Sítio Conceiçãozinha⁵, porém como o terreno era muito pantanoso o novo local de implantação da Base Aérea foi a ponta da Bocaina, na entrada do Canal de Bertioiga. Essa área já era ocupada por uma vila de pescadores, o que causou o primeiro conflito territorial da União com os pescadores, na Baixada Santista (ROMANI, 2010).

⁵ O sítio Conceiçãozinha era uma extensa área contando com uma dezena de ranchos ocupados por chacareiros japoneses, pequenos sitiantes e pescadores, a área tomava quase toda a faixa costeira de Vicente de Carvalho. Na década de 1960 a região recebeu a Indústria Nacional de Apetrechos de Pesca (INAP), que trouxe a onda de expansão urbana à comunidade (ROMANI, 2010).



Fotografia 2 - Base aérea de Santos. Foto: Dorival B. Neto, 03/02/2017, 8h13min.

A “solução” estabelecida pela Capitania dos Portos foi a transferência da comunidade instalada no local que seria construída a Base para uma área de manguezais localizada entre o Rio Diana e o Canal de Bertioga, área de mais difícil acesso, sendo feito exclusivamente de barco. Seu Mauri nos conta dessa realocação feita pela Marinha para a construção da base:

“Eu nasci na Bocaina, e do lado de cá onde tá a mata ali hoje, ali era uma vila ali, a força aérea quando veio pra cá mandou todo mundo embora, ali era tudo de marinha, aquele prédio ali, a base, aquilo pra mim é novo eu vi fazer tudo aquilo, o outro prédio de marinha foi derrubado[...] Esse terreno aqui no tempo dos mais antigo que viero pra cá, eles fizeram o seguinte, no tempo que a força aérea mando o pessoal pra cá que do Saco do Embira, mando pra cá, da Bocaina, mando pra cá [...]”

Com a construção da Base e a expulsão da comunidade que habitava o território em que ela seria expandida, o Saco do Embira e a Bocaina, os antigos moradores dessas regiões foram obrigados a migrarem para bairros como Monte Cabrão, Valongo, Ilha Barnabé, Vicente de Carvalho⁶ e outros para a Ilha Diana. Percebe-se nessa realocação forçada por meio da Marinha e da União, uma marca presente na formação territorial brasileira, em que o território é visto como recurso à acumulação e à dominação e a população vista como “empecilho”. Assim, segundo Antonio Carlos Robert Moraes (2005, p.94):

Historicamente, sempre que a população aparece como empecilho à acumulação a solução implementada se dá pela eliminação do elemento de atrito. [...] Assim, vai sedimentando-se uma ótica, ao nível das classes dominantes, de claro conteúdo anti-humano, onde o país é identificado pelo seu espaço, sendo a população um atributo dos lugares.

Como resultado desse primeiro conflito, algumas famílias foram forçadas a se mudarem

⁶ O nome popular e mais antigo do Distrito de Vicente de Carvalho é “Itapema”.

para a Ilha Diana, tendo os sobrenomes: Gomes, Hipólito, Quirino, Souza, Otaviano e Pena. Atualmente praticamente todos os moradores da Ilha possuem um desses sobrenomes, pois a maioria da população é descendente dessas famílias que foram as pioneiras a formar a comunidade. A ligação familiar presente entre os moradores é também evidenciada pelo posicionamento das residências em pequenos núcleos familiares, bem como a ausência de muros e cercas entre as habitações, característica que marca um povoamento tradicional caiçara, como afirma Cristina Adams (2000, p.107):

A conformação do povoado caiçara era de um agrupamento desordenado de casas isoladas umas das outras [...] Apesar da propriedade ser privada, ela não era cercada e as trilhas permitiam o acesso de todos ao espaço caiçara.

A comunidade ainda resiste a um processo de favelização, marginalização e perda de elementos culturais tradicionais e mantém elementos da cultura caiçara, como a prática da pesca artesanal e da coleta de caranguejos, siris, mariscos e ostras nos manguezais, a disposição das habitações, os caminhos caiçaras, pratos típicos caiçaras e a festa do Bom Jesus de Iguape.



Fotografia 3 - Caminhos caiçaras entre as casas. Foto: Dorival B. Neto, 31/01/2017, 9h42min.

III – Um homem roubado nunca se engana: conflitos socioambientais na comunidade

O porto de Santos existe desde as épocas coloniais e até a década de 1970 a atividade portuária ocupava longitudinalmente todo o costado do município de Santos. Nesse período a atividade portuária transferiu-se para o lado oposto do canal (município do Guarujá), incorporando à administração portuária e alfandegária o bairro de Vicente de Carvalho e a grande área de manguezal nos arredores da Ilha Diana, região até então ocupada por comunidades pesqueiras (ROMANI, 2010).

Essa expansão para a margem oposta do canal de Santos deu-se sobre áreas de manguezais, algumas ainda bastante intocadas e outras em estado de regeneração [...]. No decorrer do processo de expansão explicitou-se o conflito pela ocupação do espaço (ROMANI, 2010).

A crise econômica em que o país entrou durante a década de 1980 fez com que diminuísse o modelo de regulação do território pelo Estado, que iniciou um programa de concessões de territórios da União para a iniciativa privada. A Lei de modernização dos portos de 1993 resultou no loteamento e concessão de toda a área costeira de Vicente de Carvalho para empresas como a Bunge e a Cargill. Essa ocupação causou uma intensa poluição das águas e consequente degradação do ambiente estuarino marinho, afetando as comunidades pesqueiras, através da diminuição dos recursos (ROMANI, 2010).

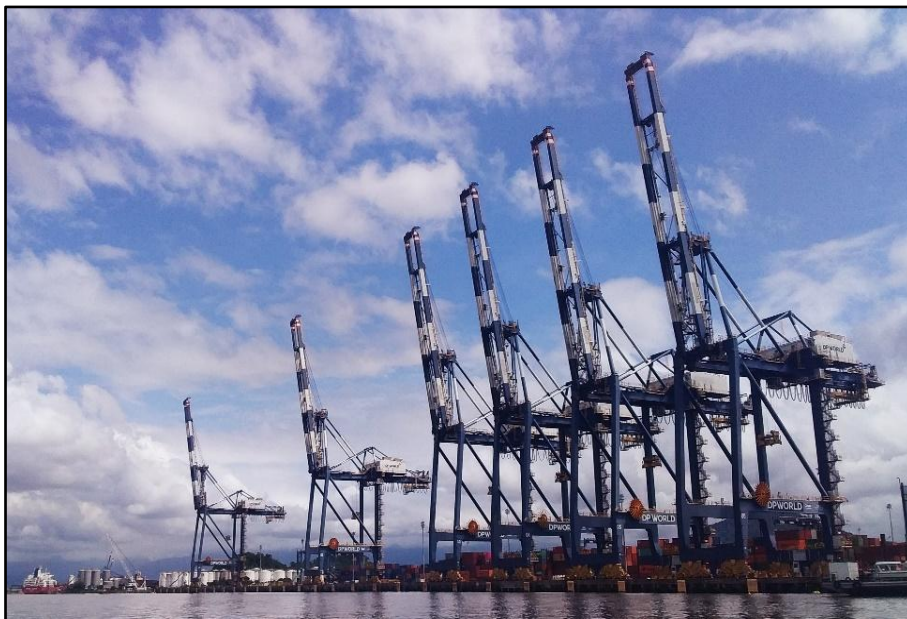
Essa intensa ocupação de todo o canal do porto foi por grandes empreendimentos que causam uma intensa deterioração das áreas marinhas e consequentemente afeta as comunidades que dependem da pesca praticada na região, como ocorreu na Ilha Diana. Os pescadores mais antigos do local afirmam que essa expansão do porto para a outra margem do canal foi um dos fatores que provocou uma grande diminuição na quantidade de pescados, as principais causas para isso foram a poluição das águas, o aumento da luminosidade e do movimento de embarcações nos rios e canais.

Essa ocupação da região do porto de Santos é marcada pelo constante atendimento das demandas do setor privado, onde o Estado é o principal agente mediador e coloca as comunidades tradicionais como sujeitos invisíveis, resultando em conflitos socioambientais, onde o território é o real motivo de disputa. Segundo Moraes (2005) o Brasil ainda não possui o seu território completamente construído, então a formação do território brasileiro ocorre em um contínuo processo de expansão territorial, isso faz com que haja algumas “frentes pioneiras” em profundo dinamismo, onde o território é visto como um recurso para o Estado e para o setor

privado, e a população como empecilho. A expansão do porto de Santos é um exemplo emblemático de como ocorrem as “frentes pioneiras” por meio da apropriação do território pelas classes dominantes e da exploração e separação do homem, da terra e dos meios de trabalho, em processos perversos e conflituosos para com as classes subordinadas, que são vistas como um “empecilho” à expansão territorial.

A imagem da terra a ocupar é bastante clara às classes dominantes, a população sendo vista como um instrumento desse processo. A visão do “espaço a se ganhar” é recorrente [...]. A imagem do “país em construção”, com uma formação territorial ainda inconclusa estimula em muitos os expedientes do controle social (MORAES, 2005, p.98).

Esses conflitos pelo uso do território têm causado uma intensa deterioração na qualidade de vida da Ilha Diana, pois a comunidade é marcada por uma grande dependência do ecossistema estuarino marinho. Os pescadores afirmam que a poluição das águas afetou intensamente a pesca, e faz com que a situação econômica vivida hoje seja mais difícil, principalmente pelos impactos causados à atividade pesqueira. A pesca artesanal tem sofrido com algumas mudanças negativas que se intensificaram principalmente a partir das últimas décadas do século XX, com a sobrepesca causada pela pesca industrial e com a construção dos grandes empreendimentos portuários, que poluem a água e restringem e limitam a área de pescaria.



Fotografia 4 - Terminal de cargas Emraport no estuário do Porto. Foto: Dorival B. Neto. 17/03/2019. 13h04min.

A partir da década de 1950 com a expansão da pesca embarcada nas sardinheiras e nas

traineiras iniciou-se uma redução em muitos cardumes que chegavam até os rios do entorno da Ilha Diana, pois os barcos de pesca industrial capturavam os cardumes antes que eles pudessem chegar aos locais da pequena pesca. A pesca industrial também causou a sobrepesca, além de fazer com que os pescadores pela falta de alguns peixes passassem a capturar outros menores, intensificando a sobrepesca ocorrida. Esse evento fica claro quando o pescador “M”, 84, conta sobre as transformações ocorridas na pesca e relembra os tempos de fartura de pescados:

Primeira coisa: muito movimento na boca da barra, antigamente tinha poca luz, hoje em dia clareia tudinho, de um lado e de outro é tudo iluminado. Antigamente não, tinha um pouco de luz do lado de lá [lado em que está a orla de Santos], mas do lado de cá não tinha, não tinha cais desse lado, era praia, era tudo praia. E outra coisa, no começo os barco de pesca tinha o sardinheiro e o arrastão, mas o sardinheiro pescava não pescava tainha, pescava sardinha, ele pescava só sardinha. E tinha os barco de linha, os barco de linha era aqueles que pescava de espinhel, espinhel e linha lá fora, era anchova, carapau. E tinha o arrastão, o arrastão botava a rede e ia arrastando até lá, esse também não pegava tainha, mas aí depois descobriro que com a traineira pegava tainha, aí quando tinha um cardume de tainha cercava com a traineira e pronto, já não passava pra cá né, aí foi e parou de chegar tainha até aqui [...] Até 1950, 50 e poco, tava legal aqui ainda, dava muito peixe, dava muito de cerco, de cerco e de rede né, dava muito peixe, nesse tempo pegava peixe aí adoidado, pegava tainha adoidado. Já chegamo a pegar de tonelada, eu e meu tio, meu tio era pescador antigo né, pegamo de tonelada no cerco, tinha um cerco naquela sacada lá, ali naquela sacada, no manguezal ali, nós morava lá ainda [apontando pro local onde se instalou a EMBRAPORT] e teve um dia que nós pegamo 2 toneladas, 2 toneladas em 2 dias, a maior pescaria que eu fiz de peixe na minha vida, agora acabo até a nossa liberdade de pescar, a polícia aí, a guarda aí, qué tudo prende a gente aí[...].

O último empreendimento instalado na região portuária teve a sua conclusão em 2013⁷, o do Terminal Embraport (Empresa Brasileira de Terminais Portuários) do grupo COIMEX, ligado ao grupo ODEBRECHT, o empreendimento conta com 653 metros de cais, 207 mil metros quadrados de pátio e capacidade de movimentação anual de 1,2 milhão de TEUs⁸ (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés). O terminal construído é o maior empreendimento portuário privado do país, e se instalou nas proximidades da comunidade da Ilha Diana, entre os rios Sandi e Diana, na Ilha Barnabé (figura 1). A sua instalação ocorreu sobre áreas de manguezais que são cercadas por bancos de sedimentos, onde se formam muitos pesqueiros.

⁷ O início da construção do empreendimento foi em 2003, e em 2009 as obras se intensificaram.

⁸ Informação disponível em: <www.embraport.com/a-embraport/quem-somos/> Acesso em: 17/04/2017.



Figura 1 – Dimensões do Terminal Embraport (A Ilha Diana está no canto superior esquerdo). Disponível em: <<http://www.embraport.com/infraestrutura/dimensoes-do-terminal/>> Acesso em: 17/04/2019.

Alguns moradores afirmaram que o aterro feito no manguezal para a construção do empreendimento aumentou o risco de inundações da Vila, e que quando o mar está de ressaca o nível da água sobe mais do que antes do empreendimento, alagando as casas. Além de impactar negativamente sobre a comunidade da Ilha Diana, através principalmente da pesca, os empreendimentos também impactam diretamente na pesca realizada por outras comunidades, tais como: Conceiçãozinha, Caruara, Vicente de Carvalho, Pouca Farinha, entre outras (ROMANI, 2010). O principal problema na construção desses empreendimentos na região pesqueira é o fim dos pesqueiros, pois na área do empreendimento a pesca fica proibida, fazendo com que os pescadores pescam mais em outros pesqueiros, podendo causar a sobrepesca. Soma-se a isso o fato de que nos pilares que sustentam as grandes construções formam-se alguns ecossistemas com diversidade e grande quantidade de peixe, pois os pilares atuam como costões rochosos e passam a abrigar uma biodiversidade, então muitas espécies migram para o local, e não podem ser pescadas, como apontado pela fala de um pescador (“E”, 42):

[...] Mas a diversidade de peixe que tem nas estacas, estruturas gigantes que são o que sustentam as construções, ali tem algas, tem organismos, então o peixe fica ali, e como elas são entrelaçadas, não tem correnteza, então o peixe fica ali esperando o alimento, ele não gasta muita energia e ele tá protegido,

porque ali ninguém interfere naquele descanso dele, ele fica abrigado e protegido e então ele não vai sair de lá. Ai pra tu ter uma ideia, tem a EMBRAPORT, você não pode pescar, ILHA BARNABÉ, você não pode pescar, BTT você não pode pescar, que foi construído agora, dá até pra ver os guinchos dele lá olha... em frente a ALEMOA, na ALEMOA, uma área petroquímica, você não pode pescar. Então nessas áreas todas eles restringem a passagem de pescadores e barcos, e tiram a oportunidade de pescar ali, e os peixes ainda entram lá e não querem sair. Desde sempre tem essas coisas aqui, eles constroem as coisas e não deixam pescar perto. Ai sobra o que, as áreas que você pode pescar, mas nessas áreas vem todo mundo pescar, ai acontece o que? Pesca sobre pesca, diminui a quantidade de pescado [...]

Os moradores da comunidade e pescadores têm afirmado que outro grande empreendimento está em processo de construção, o Santorini Terminais e Armazéns Gerais (do Grupo Empresa Brasileira de Terminais e Armazéns Gerais). As obras ainda não começaram, mas a instalação já possui licença prévia e o processo está sendo regularizado pela companhia estatal Docas, que administra o porto de Santos. Também já foram feitas visitas de funcionários à Ilha Diana, bem como alguns pescadores já compareceram em reunião para o convencimento da comunidade para que instalação da empresa seja menos conflituosa.

A instalação desse novo terminal será também na Ilha Barnabé, na região de manguezal que ainda não é ocupada por empreendimentos, portanto ainda é uma das principais regiões de pesca para os pescadores da Ilha Diana. Segundo afirmaram os pescadores, as pessoas representantes da empresa já realizaram visitas à Ilha para apresentar a proposta aos moradores, e o discurso é o mesmo utilizado em outros casos, no qual os representantes aparecem e prometem empregos no terminal para os habitantes da Ilha, os convencendo que o empreendimento será vantajoso e trará benefícios para a comunidade. A mesma situação ocorreu na construção do Terminal Embraport, segundo afirma um pescador (“M”):

[...] aquele porto ai, aquele porto teve um balaio de gato, meio ambiente não queria deixar e bábábabá bababá bababá, aí então jogaro em cima da Ilha, se o pessoal da Ilha concorda sai, se não concorda não sai. Ai aconteceu o seguinte, todo mundo pescador, fizéro reunião aí e falaro que ia emprega todo mundo, os filho, quem quiser, e bábábá. E aí quando teve que trabaia pra roçá, aí foi trabaio pra todo mundo...no pior todo mundo teve lugar. Quando começo modifica, só quem tem curso disso, curso daquilo e sei lá o que, aí foi embora todo mundo, hoje tem 1 ou 2 trabalhando lá só.

Isso demonstra como o patrimônio natural brasileiro vai sendo exaurido, sem que seja feito algo que possa reparar minimamente os danos que são causados, além de o Estado brasileiro impor prioridades em ações que podem vir a gerar renda e empregos, sempre para uma classe recortada, mas que causam uma grande degradação ambiental e social, pois afetam uma população que raramente será ressarcida dos danos sofridos em prol do chamado desenvolvimento ou progresso. Sendo assim, o planejamento ambiental no Brasil, para Moraes (1999, p.49) “[...] impõem prioridades de ação (como a geração de renda em emprego) que

muitas vezes estimulam os próprios vetores de expansão e exploração inadequados [...]”.

O conflito da pesca artesanal com as empresas que se instalam na região portuária ocorre pela instalação de um empreendimento na área portuária, o que causa a perda dos pescadores e poluição das águas. Isso resulta na destruição das forças produtivas naturais e consequentemente sociais, que impede e dificulta a reprodução da pesca artesanal por meio da sobrepesca e da perda ou separação dos instrumentos de trabalho e dos pescadores.

A destruição das forças produtivas da natureza em ecossistemas aquáticos extremamente produtivos, como os lagunares e estuarinos, atinge primordialmente os pequenos pescadores, os quais, dados os equipamentos relativamente pouco predatórios e embarcações de pequena autonomia que empregam, tiram daí os seus meios de subsistência (DIEGUES, 1983, p. 83).

Há também outras restrições por parte de órgãos como a Marinha e o IBAMA, que não permitem o uso de alguns instrumentos e nem a pesca de determinadas espécies que entram no período do defeso ou sofrem alguma outra restrição, havendo uma intensa fiscalização por parte desses órgãos. No “tempo dos antigos”, como afirmam os pescadores, praticava-se muito a pesca de cerco, marcada pela facilidade e pelo grande número de pescados capturados, esse tipo de pesca passou a ser dificultado após o IBAMA proibir o desmatamento do manguezal da região (embora para a instalação dos empreendimentos são desmatados e aterrados inúmeros manguezais), pois a região trata-se de uma APA (Área de Proteção Ambiental), criada com o discurso de proteger a fauna e flora. Porém a APA está em uma região de expansão industrial e portuária, com intenso tráfego e fundeio de navios, portanto a criação da APA impossibilitou a extração de madeira do manguezal, dificultando a construção dos cercos.

Os argumentos da criação de unidades de preservação remetem aos problemas, tais como extinção de espécies, poluição, pesca predatória, dentre outros. Trata-se de argumentação genérica e punitiva e muito pouco educativa, que insere todos os níveis de pescadores numa mesma situação de agentes responsáveis pela destruição ao meio ambiente (SILVA, 2015, p.100).

Sendo assim, a criação da APA também reduziu as possibilidades de realização da pesca em detrimento de uma degradação que não é praticada pelos pescadores artesanais, que tem um modo de produção que respeita os ciclos naturais de reprodução das espécies, que teve seus maiores impactos causadas por atividades externas (pesca industrial predatória e atividade portuária e industrial), como ressaltado por muitos pescadores. Outra dificuldade para a realização da pesca, como falado por muitos, é os altos preços pagos pelos instrumentos de trabalho, o nylon, o chumbo, óleo, gasolina e o motor, que muitas vezes faz com que os pescados não cubram os gastos empregados na captura, com a gasolina e o óleo do motor.

Com o passar do tempo e o aumento da atividade portuária e consequentemente aumento da degradação do ambiente marinho a pesca realizada pelos pescadores da Ilha Diana passou a ser mais impactada, devido à degradação ambiental da região e consequente empobrecimento biológico, o que fez com que muitos pescadores abandonassem a atividade em busca de outros empregos. Outro problema fruto da instalação dos empreendimentos portuários são os aterros que são realizados nos manguezais, o que causa a redução de um ecossistema fundamental para o desenvolvimento de muitas espécies de animais e vegetais. Com a instalação do empreendimento na região portuária ocorre também a proibição da pesca no local que antes servia de pesqueiro e passa a ser ocupado pelo empreendimento, assim os pescadores são expropriados de muitos territórios pesqueiros.

Esses conflitos demonstram como a região portuária é tida pelo Estado como um “fundo territorial” (MORAES, 1999, p.45), um espaço que se valoriza e desvaloriza conforme são definidas e redefinidas as matrizes produtivas. O Estado cumpre o papel de guardar os fundos territoriais e garantir a integridade do território para os momentos em que as matrizes produtivas são redefinidas, estimulando ou contendo fluxos, direcionando explorações e intensificando ou estagnando atividades. Isso demonstra como a lógica colonial revive na própria construção do Brasil, pois ocorre a necessidade de uma contínua acumulação primitiva, tendo como alvo as “novas” terras (MORAES, 1999). Assim, as frentes pioneiras se avançam sobre esses fundos territoriais, em que o Estado aparece como um gestor do território por meio da regulação e distribuição da ocupação da região portuária e da dotação de infraestrutura para a instalação dos empreendimentos, o que é realizado sob processos de espoliação e subordinação da população. Portanto, o objeto da ação do Estado é o território e não a população, que é vista apenas como um atributo do lugar.

Uma ótica espoliativa domina a relação da sociedade com o meio no Brasil, a qual se expressa com clareza no ritmo e na forma com que avançam as “frentes pioneiras” na história do país, deixando ambientes degradados em suas retaguardas [...] O papel do Estado é, portanto, o de viabilizador da conquista, de indutor do povoamento das terras, de dotador de equipamentos, de gestor na ocupação do solo. E, principalmente, de guardião dos fundos territoriais e garantidor da integridade do território [...] (MORAES, 1999, p. 45).

O conflito socioambiental mais recente causado pela instalação dos empreendimentos ligados ao porto causa impactos diretos como o aterramento e destruição do manguezal (que está em uma APA) e a poluição das águas, pois muitos empreendimentos portuários são depósitos de produtos químicos tóxicos. Outra consequência é que os pescadores têm muitos de seus

pesqueiros expropriados com a ocupação do manguezal pelos empreendimentos. Isso demonstra que o espaço necessário para a reprodução econômica, social e cultural da Ilha Diana vai para além do território ocupado pela própria comunidade e suas habitações, pois envolve os territórios pesqueiros, ou seja, toda a região de rios, lagoas e estuários em que se pratica a pesca. Porém a parte da região portuária que ainda não é ocupada e permite aos pescadores terem acesso a alguns pesqueiros, trata-se de um fundo territorial. Sendo assim, o espaço está destinado a ser ocupado por outros empreendimentos, que virão a se instalar e com certeza causará impactos à todo o ecossistema da região, e aos pescadores e suas famílias que dependem do ambiente natural para a sua subsistência. O Estado, que tem políticas como a PNPCT que “garantem” o direito ao território necessário para a reprodução da vida social, cultural e econômica de comunidades tradicionais, nesses momentos prefere por garantir a chegada de empreendimentos de empresas privadas do que aos direitos das populações tradicionais brasileiras.

III – Que eu me organizando posso desorganizar: ressignificação da cultura caiçara

O turismo de base comunitária tem surgido na comunidade, levando a uma ressignificação da tradição cultural local, que ocorre como uma resistência frente às lutas políticas dos moradores contra os empreendimentos portuários. Já existem agências que realizam visitas de grupos agendados para a Ilha Diana, onde alguns moradores da Ilha atuam como guias e orientam os grupos que visitam a comunidade caiçara, bem como contam um pouco de sua história e da atual situação da vila. Com isso, elementos da culinária local são retomados, cujos pratos típicos caiçaras são servidos no restaurante e nos bares da Ilha Diana, para turistas espontâneos ou de grupos que visitam a comunidade que é o “último reduto caiçara da baixada santista”. Isso faz com que ocorra uma ressignificação da cultura caiçara, que ainda subsiste como uma resistência aos conflitos socioambientais e de disputa pela terra causados principalmente pela expansão portuária e industrial. Sendo assim, o pertencimento à cultura caiçara ocorre principalmente por uma reinvenção e ressignificação dos antigos costumes e tradições herdadas por meio da atividade produtiva (DIEGUES e ARRUDA, 2001).

O efetivo pertencimento a uma comunidade caiçara não se explica pelo estudo da composição étnica da sua população, mesmo que ela possa estar relacionada àqueles traços étnicos historicamente determinados. O que permite a essas comunidades de pescadores reclamarem para si o rótulo de caiçaras é a manutenção de alguns costumes produtivos, artísticos e alimentares [...] (ROMANI, 2012, p.44).

Os caiçaras podem ter origem e hábitos comuns em uma determinada área, como Antônio Candido (2010) identificou em seu estudo sobre os caipiras, porém as mudanças vividas por este modo de vida ao longo do território, são específicas de cada lugar e possuem distintas temporalidades, não sendo comum em toda a área de abrangência das comunidades chamadas caiçaras. Portanto, não existe uma única cultura caiçara, pois a cultura possui um caráter disperso de acordo com que novas relações de produção são impostas de maneira desigual no território. A retomada das antigas tradições caiçaras surge em um contexto político em que atividades de expansão do grande capital (turístico, portuário e industrial), colocam em ameaça a reprodução social da comunidade, pois são atividades que causam uma expropriação dos territórios pesqueiros e uma intensa degradação do ecossistema que possui importância fundamental para os caiçaras da Ilha Diana, mas também para outras comunidades pesqueiras locais que ainda persistem em alguns enclaves na região.

Assim, nos dizeres de Porto Gonçalves (2002, p.221), “[...] a relação capital-trabalho passou a comandar a dinâmica societária, subestimando o significado da natureza e a importância dos povos que constituíram suas práticas e significações numa relação com-a-natureza e não contra-a-natureza [...]”. Com todos os conflitos em que a comunidade foi e é colocada como invisível frente a esses processos, vemos emergir “novos” sujeitos, social, histórico e geograficamente situados, que passam a buscar o seu lugar no mundo, mas também o reconhecimento de seus direitos legais, como o direito pela terra. E para isso, esses povos atualizam e reinventam os seus costumes e suas tradições, que mantêm uma relação de interdependência com o espaço habitado.

[...] esses sujeitos que muitos chamam novos, embora não o sejam tanto, põem em debate outras questões, outras relações, ele (a)s que tiveram que se forjar em situações assimétricas de poder, mas que nem por isso se anularam e, mais do que resistir, R-existiram, se reinventaram na sua diferença[...] (PORTO GONÇALVES, 2002, p. 220).

A comunidade da Ilha Diana caracteriza-se como um grupo culturalmente diferenciado e integrante da cultura caiçara, que se reconhece como tal, possuindo uma forma de organização social onde a dependência da natureza e de seus ciclos é fundamental para a reprodução social, cultural e econômica da comunidade, e esta dependência não é respeitada pelos gestores do território onde a Ilha está situada, bem como a comunidade não possui os seus direitos legais garantidos pelo Estado nacional. De acordo com a Política Nacional de Povos e Comunidades

Tradicional (PNPCT), instituída pelo Decreto nº 6040 de 2007⁹, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, reconhecendo os seus direitos territoriais e valorizando a sua identidade, a comunidade da Ilha Diana se caracteriza por ser uma comunidade tradicional, definida pelo Art.3º, Item I como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;”.

A PNPCT possui como objetivo geral “promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.” (Art. 2º). Portanto, de acordo com o que a política prevê a comunidade caiçara da Ilha Diana deveria possuir o reconhecimento legal de seu território (que não consiste somente na área onde está a comunidade, mas também na área de pesca), ocupado desde a década de 1930, bem como deveria ser garantido o acesso aos recursos naturais necessários à reprodução econômica, social e cultural da comunidade, e também deveria ser estimulada a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável com a participação da comunidade, bem como a resolução de conflitos causados pela implantação de UC’s de restrição integral. Todos esses fatores estão previstos no artigo 3º, dos objetivos específicos do Decreto que instituiu a PNPCT, e que daria a comunidade da Ilha Diana amplo reconhecimento e direito ao seu território, porém na prática observa-se que nenhum desses fatores são cumpridos na comunidade, que ainda não possui nem o reconhecimento de posse de seu território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo de caso realizado na comunidade caiçara da Ilha Diana foi possível identificar os conflitos ocorridos durante toda a história da comunidade, que tiveram como

⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 14/02/2019.

principal agente o Estado e as empresas privadas atuando sobre o espaço, por meio de políticas territoriais. A comunidade já foi formada sendo resultado de uma expropriação determinada pela Marinha do Brasil, que realocou os pescadores de outra região para a comunidade da Ilha Diana, na época (década de 1930) desocupada. Após a ocupação do território e formação da comunidade por famílias de pescadores, foi possível observar a intensificação de conflitos principalmente após a década de 1970, pela expansão da atividade portuária e industrial na região, consequência da expansão e do desenvolvimento urbano, que causam a expropriação dos pesqueiros e a poluição das águas (estes conflitos também atingiram outras comunidades caiçaras da Cidade e da região). Esses dois fatores foram apontados pelos pescadores como as principais causas que reduzem os pescados e impactam diretamente na atividade pesqueira do local. Com o enfraquecimento da pesca, muitos moradores abandonam a atividade em busca de outros trabalhos no porto ou na cidade, o que causa uma mudança no modo de vida e no cotidiano dos indivíduos da comunidade, e uma transformação da cultura caiçara.

O modo como ocorreu e ocorre a expansão portuária em Santos demonstra como o Brasil é um país formado pela conquista de espaços, em que a apropriação territorial é utilizada para satisfazer aos interesses e as alianças políticas do Estado e das classes dominantes. Sendo assim, nos processos sociais e na vida política a geografia e a história aparecem como determinantes das estruturas e práticas, e o Estado aparece antes de tudo como um organizador do espaço e gestor do território, por isso suas práticas se manifestam principalmente nas políticas territoriais onde o país é visto como um espaço a ser conquistado e controlado por meio das frentes pioneiras e dos fundos territoriais. O território é o alvo das políticas públicas e não a população, e o fazer política é baseado nas formas e modos de valorização dos lugares (MORAES, 1999). Com a intensificação dos conflitos socioambientais na comunidade da Ilha Diana, muitos pescadores e moradores perceberam a ameaça de expropriação de suas terras e os impactos causados pela expropriação dos pesqueiros, e por isso houve uma retomada e uma revalorização dos costumes da cultura caiçara como forma de resistência aos conflitos que a comunidade está inserida. Sendo assim, a retomada da tradição cultural caiçara local está diretamente ligada à luta política que a Ilha Diana vive em busca da manutenção e regularização da posse de seu território e das moradias frente à ameaça de expulsão e à expropriação de seus territórios pesqueiros devido à expansão da atividade portuária.

Por meio da pesquisa realizada foi apresentado como a pesca pode ajudar a refletir a relação entre o ser e o mundo, a reprodução social do espaço, a resistência de povos e de lugares,

e a ressignificação de uma cultura que faz parte da gênese do povo brasileiro, marcada por conflitos e violências institucionais e simbólicas. Portanto, esse resgate cultural não se trata de um retorno a um modo de vida relacionado com a herança étnica ou com a atividade econômica, mas sim a um contexto político em que a descaracterização cultural colocou e coloca em risco a reprodução social da comunidade e da cultura caiçara. Esta retomada e ressignificação das tradições culturais ocorrem de maneira única, pois a cultura, sendo algo dinâmico, não poderia se encontrar com as mesmas características de 40 ou 50 anos atrás. Outro ponto importante a ser destacado é a proximidade com a cidade, fator que potencializa as transformações na cultura tradicional caiçara, pois há uma quantidade maior de informações, que alteram a cultura. O caiçara de hoje não é e não tem o porquê de ser o mesmo caiçara de 50, 100, 200 anos atrás. A cultura caiçara hoje recebe influências também de outras culturas, pois durante todo o processo que discutimos, os caiçaras foram sendo jogados para as favelas e periferias da cidade, onde entraram em contato com outras culturas mais urbanas, porém periféricas e marginalizadas e houve uma reinvenção e ressignificação de suas culturas. Isso fez com que hoje a cultura caiçara também se tornasse uma cultura de urbana e de resistência, pois hoje, boa parte dos caiçaras resistem a expropriação territorial, cultural e simbólica que sofrem, reinventando suas práticas através do turismo, da arte e até mesmo da continuidade a atividade pesqueira. Por isso, a cultura caiçara também é resistência!

REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina. **Caiçaras na mata atlântica, Pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

BRASIL, Constituição (1988). Decreto nº 6040 de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e comunidades tradicionais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 14/02/2017.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010, 335 p.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983, 287 p.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo/Brasília: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001, 176p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**: Espaço, Cultura e Política no Brasil.

5ed. São Paulo: Annablume, 2005, 156p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil. **Revista território**. Ano IV, nº7, p.43-50, jul/dez. 1999.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. *In.*: **La Guerra Infinita: Hegemonia y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p.217-256. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101018013328/11porto.pdf>> Acesso em: 16/02/2016.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

ROMANI, Carlo. Comunidades caiçaras e expansão portuária em Santos - uma Análise histórica do conflito. **Revista Científica Integrada**. v.1, n.1, sem paginação. UNAERP: Campus Guarujá. 2010. Disponível em: <<http://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-antteriores/edicao-n-1-2014/1453-126-400-1-sm/file>> Acesso em: 16/01/2017.

ROMANI, Carlo. O discurso cultural e ambientalista das comunidades de pescadores caiçaras na luta pela terra: uma análise histórica do conflito ambiental no canal de Bertiooga, na Baixada Santista. **História oral**. v.14, n.2 e v.15, n.1, p.35-66, jul.-dez. 2011/jan.-jun. 2012.

SÃO PAULO (ESTADO), Secretaria do Meio Ambiente. **ZEE Baixada Santista [recurso eletrônico]: zoneamento ecológico-econômico – setor costeiro da Baixada Santista**. Coordenadoria de Planejamento de São Paulo, 2013. Disponível em: <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cpla/2011/05/ZEE_PUBLICACAO.pdf> Acesso em: 16/03/2019.

SILVA, Catia Antonia da. **Política pública e território**; Passado e presente na efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 115p.

SUZUKI, Júlio César. Por outro desenvolvimento territorial e ambiental em comunidades tradicionais do estado de São Paulo. **Revista tocantinense de geografia**, Araguaína-TO, pagina 1-17, ano 6, nº10, maio-agosto de 2017.